

MARCELO ROMÃO MARINELI

PRIVACIDADE E REDES SOCIAIS VIRTUAIS

Sob a égide da Lei 12.965/2014 – Marco Civil da Internet e da
Lei 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

2ª edição revista, atualizada e ampliada

2ª tiragem

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolína de Albuquerque Araújo e Marcella Pâmela da Costa Silva

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitas Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Analista de Conteúdo Editorial: Quenia Becker

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Assistente Administrativo: Tatiana Leite

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Carina Xavier, Fernanda Lessa, Rafael Ribeiro e Thais Pereira

Estagiárias: Beatriz Fialho e Diene Ellen Chemim

Capa: Linotec

Controle de Qualidade da Diagramação: Carla Lemos

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Ana Paula Cavalcanti, Jonatan Souza, Luciano Guimarães e Maria Cristina Lopes Araujo

Administrativo e Produção Gráfica

Coordenação

MAURICIO ALVES MONTE

Analista de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis

1189123

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Marineli, Marcelo Romão

Privacidade e redes sociais virtuais: sob a égide da Lei 12.965/2014 – Marco Civil da Internet e da Lei 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais / Marcelo Romão Marineli. – 2. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2019.

Bibliografia.

ISBN 978-85-5321-730-4

1. Direito de privacidade 2. Internet - Leis e legislação - Brasil 3. Marco Civil da Internet 4. Proteção de dados - Leis e legislação 5. Redes sociais online I. Título.

19-28478

CDU-342.721

Índices para catálogo sistemático:

1. Privacidade : Proteção de dados pessoais Direito 342.721
Cibele Maria Dias – Bibliotecária – CRB-8/9427:

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
PREFÁCIO	9
INTRODUÇÃO	19
PRIMEIRA PARTE	
TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E REDES SOCIAIS VIRTUAIS	
CAPÍTULO 1. A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	23
1.1. Sociedade e tecnologia	23
1.1.1. As tecnologias da comunicação e informação	24
1.1.2. O advento da sociedade da informação	27
CAPÍTULO 2. A INTERNET E AS REDES SOCIAIS VIRTUAIS	29
2.1. A internet	29
2.1.1. Surgimento da internet	30
2.1.2. A internet no Brasil	32
2.1.3. Novos conceitos: “web 2.0” e “web 3.0”	33
2.2. As redes sociais virtuais	34
2.2.1. Características e desafios	35
2.2.2. Natureza jurídica	37
2.2.3. Principais redes sociais virtuais	38
2.3. Lei 12.965/2014 – Marco Civil da Internet	40
2.3.1. Neutralidade de redes	41
2.3.2. Guarda dos registros de conexão	43
2.3.3. Guarda dos registros de acesso às aplicações	43
2.3.4. Proteção da privacidade	44

14 PRIVACIDADE E REDES SOCIAIS VIRTUAIS

2.4. Lei 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados	46
2.4.1. Na trilha da <i>General Data Protection Resolution</i> Europeia.....	46
2.4.2. Fundamentos e princípios da LGPD	47
2.4.3. Do consentimento como requisito para o tratamento de dados pessoais	49

SEGUNDA PARTE
PRIVACIDADE

CAPÍTULO 3. ANÁLISE CONSTITUCIONAL E CIVIL DA PRIVACIDADE	53
3.1. Introdução	53
3.2. Privacidade e direitos fundamentais: análise constitucional	54
3.2.1. A qualidade de direito fundamental e suas características	54
3.2.2. A serviço da dignidade da pessoa humana	58
3.2.3. Vida privada e intimidade como direitos diversos.....	61
3.3. Privacidade e direitos da personalidade: análise infraconstitucional.....	62
3.3.1. A qualidade de direito da personalidade	63
3.3.2. Direitos da personalidade: questão conceitual e terminológica.....	67
3.3.3. Características dos direitos da personalidade.....	71
3.4. Uma visão de convergência: planos constitucional e infraconstitucional....	78
3.4.1. A superação da dicotomia público versus privado	79
3.4.2. Interpretação à luz da Constituição Federal	82
3.4.3. A eficácia dos direitos fundamentais no âmbito de um direito à privacidade	83
CAPÍTULO 4. CONCEITUAÇÃO DE PRIVACIDADE	85
4.1. Introdução	85
4.2. Conceito	85
4.3. Breve perspectiva histórica	90
4.3.1. A contribuição de Warren e Brandeis: <i>right to privacy</i>	90
4.3.2. A contribuição de Hubmann e Henkel: teoria das esferas	96
4.3.3. As Declarações de Direitos	99
4.3.4. Privacidade na legislação brasileira	101
4.4. Denominação	105

4.4.1. Privacidade ou privatividade?	109
4.5. Natureza jurídica	110
4.6. Sujeito	111
4.6.1. A privacidade da pessoa jurídica	112
4.6.2. A privacidade do <i>de cuius</i>	116
4.6.3. A privacidade do nascituro	118
4.7. Objeto	121
4.8. Conteúdo e abrangência	121
4.8.1. Direito à vida privada	126
4.8.2. Direito à intimidade	128
4.8.3. Volatilidade do conteúdo	130
4.9. Desdobramentos	131
4.9.1. Direito ao segredo	131
4.9.2. Direito ao esquecimento	134
4.9.3. Inviolabilidade do domicílio	139
4.9.4. Proteção aos dados pessoais	139
4.10. Formas de agressão	142
4.10.1. A invasão	143
4.10.2. A divulgação	145
4.11. Limitações ao direito de privacidade	146
4.11.1. Limitação voluntária	147
4.11.2. Limitação por interesse público	148
4.11.3. Limitação pelo direito à informação	150
4.11.4. Limitação decorrente de relações parentais, legais e contratuais....	151
4.11.5. A situação das pessoas notórias	152
4.12. Conexão com outros direitos da personalidade	153
4.12.1. Direito à honra	154
4.12.2. Direito à imagem	155
4.12.3. Direito ao nome	155
4.12.4. Pluralidade de ofensas	156

TERCEIRA PARTE
PRIVACIDADE E REDES SOCIAIS VIRTUAIS

CAPÍTULO 5. VIOLAÇÃO DA PRIVACIDADE NAS REDES SOCIAIS VIRTUAIS	159
5.1. A exposição não consentida nas redes sociais virtuais	159
5.2. Ameaças horizontais: a exposição promovida pelos usuários	161
5.2.1. Formas de exposição: fatos, imagens e áudios	163
5.2.2. Exposição do término de relacionamentos e de relações extraconjugais	165
5.2.3. Exposição de brigas e desentendimentos sociais	169
5.2.4. Cobrança de dívidas	170
5.2.5. Exposição de enfermidades	170
5.2.6. Exposição de imagens íntimas e os casos Dieckmann e Cicarelli	171
5.2.7. <i>Sexting e Nude Selfie</i>	182
5.2.8. <i>Revenge porn</i>	184
5.2.9. <i>Cyberbullying</i>	185
5.2.10. <i>Cyberstalking</i>	191
5.3. Ameaças verticais: a exposição promovida pelas redes	192
5.3.1. <i>Data mining</i> : o usuário como produto	193
5.3.2. A função “curtir”	196
5.3.3. Reconhecimento facial	197
5.3.4. Geolocalização	198
5.4. Os perfis e o direito à identidade	200
5.4.1. Falsos perfis de identidades reais	204
5.4.2. Falsos perfis de identidades fictícias	207
5.4.3. A invasão de perfis	209
5.4.4. A permanência de perfis de pessoas falecidas	210
5.5. A autoexposição	211
CAPÍTULO 6. TUTELA CIVIL DA PRIVACIDADE NAS REDES SOCIAIS	215
6.1. A proteção da privacidade nas redes sociais	215
6.2. Tutelas inibitórias	217
6.2.1. A tutela inibitória para exclusão de conteúdo	219
6.2.2. A tutela inibitória para exclusão de perfil	223

6.2.3. Anotações sobre o pedido de exclusão de resultados de busca.....	225
6.3. Tutelas reparatórias.....	227
6.3.1. Responsabilidade civil subjetiva.....	228
6.3.2. Exclusão imediata do conteúdo e identificação do autor	229
6.3.3. Manutenção ilegal do conteúdo e identificação do autor	230
6.3.4. A não identificação do autor.....	232
6.3.5. Desafios na identificação do ofensor: IPv4 e porta lógica.....	236
6.3.6. Competência: Justiça Estadual ou Justiça Federal?	242
CONSIDERAÇÕES FINAIS	245
REFERÊNCIAS	247